



A IMPORTÂNCIA DE UM CURRÍCULO INTERCULTURAL A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marileide do Carmo Amorim Arruda (PPGEDU-UNEMAT)-

marileide_amorim@yahoo.com.br

Cira Alves Martins (PPGEDU-UNEMAT)

cirajulio@hotmail.com

Marizeth de Amorim Campos (CMEI Profª Antônia Augusta Leite Ferreira)

mariamorim79@hotmail.com

Benedita Rosa da Costa (UFMT)

Beneditarosa.costa@gmail.com

GT 10 - ENSINO, CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a importância de um currículo intercultural na escola a partir da educação infantil, visando contribuir para o processo de formação da identidade infantil, a fim de garantir uma educação voltada para o respeito para com o outro e para cidadania. É na educação infantil que se começa a educar para o convívio social, nessa perspectiva, a Educação Infantil deve atuar como referência positiva para todos, inclusive para os afrodescendentes e indígenas, povos estes que foram tão injustiçados ao longo da história, por isso a necessidade de abordar essa temática desde a primeira etapa da educação básica, para desconstruir esses estereótipos enraizados na sociedade e ressignificando a história através de ações contínuas com foco na diversidade presente nas unidades escolares que as práticas pedagógicas sejam inclusivas, que garanta a inserção social voltada para a tolerância, a compreensão e o respeito com o outro. Para efeito deste trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica pautado nos seguintes autores: Bhabha, H.K, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais para Diversidade e Inclusão, Candau, V.M, Castilho, Cortesão, L. e Stoer, Moreira Munanga, Sacristã, Trindade, Waslsh Catherine.

Palavras- chave: Educação Infantil. Diversidade. Currículo. Interculturalidade.

1 Introdução

Educação não transforma o mundo. Educação muda às pessoas.
Pessoas transformam o mundo. (Paulo Freire).

A sociedade de maneira geral nos passa a ideia de que não existe a discriminação e o preconceito no cotidiano da Educação Infantil, e de que não há conflitos entre as crianças por conta de seus pertencimentos raciais. Este artigo tem o objetivo de discutir e refletir sobre a importância de um currículo intercultural a partir da primeira etapa da educação básica, a educação infantil.

Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade.

As crianças têm diferentes origens e histórias de vida, portanto, não podemos negar as diferenças que os tornam seres humanos concretos sujeitos sociais e históricos. E a escola é o lugar apropriado para inserir o trabalho sobre essa diversidade cultural que possuímos em nosso país.

2 Do currículo tradicional ao currículo intercultural

Desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Educar para a igualdade racial é tarefa urgente e imprescindível para a construção da sociedade de amanhã.

E o primeiro desafio é produzir o entendimento da identidade e equidade racial, devendo estar focada na diversidade cultural e étnica, no fortalecimento da identidade dos descendentes afro-brasileiros, para que as crianças brancas, negras ou indígenas se

vejam como semelhantes. É na educação infantil que são formados os primeiros embriões dos valores humanos, os costumes os princípios éticos e democráticos da criança.

Diante disso, Trinidad (2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Partindo do pressuposto de que é na família que começa a formação intelectual e social da criança que depois se amplia para a instituição escola que faz a continuidade dessa formação, proporcionando a partir da Educação Infantil, também a formação cultural e a constituição da identidade. Assim evidencia-se a importância da escola na vida da criança. No entanto essa escola de educação infantil deve organizar um currículo que englobe um conjunto de práticas que vise buscar articulações entre as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte da nossa cultura de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças pequenas de 0 a 5/6 anos. Esse currículo deve conter propostas que visem o desenvolvimento de uma educação cidadã que perpassa pela educação para as relações étnico-raciais.

De acordo com as Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

(DCNEI, 2010).

Seguindo esses princípios estaremos praticando uma educação cidadã voltadas para a interculturalidade, pois ela perpassa pela valorização de atitudes solidárias para com os outros, pela preservação do coletivo, pelo cultivo da tolerância, do combate a preconceitos e do aprendizado com base nas diferenças.

Segundo Munanga (2008,p.15):

O grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo reside no fato de que a lógica da razão científica, apesar de ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do indígena na nossa sociedade. Ou seja, o desafio maior para os educadores é descobrir e

inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações.

Por isso é de suma importância falar aqui não só da lei 10639/2003, mas também da lei 11645/2015, nas escolas a partir da educação infantil, para que possa iniciar desde cedo uma educação escolarizada que desconstrua o racismo e qualquer tipo de preconceito, construídos há séculos na sociedade brasileira e proporcionar uma formação adequada as nossas crianças. E lançar o grande desafio de produzir o entendimento da identidade e equidade racial, devendo estar focada na diversidade cultural e étnica, no fortalecimento da identidade dos descendentes afro-brasileiros, para que as crianças brancas, negras ou indígenas sejam vistas como semelhantes.

É preciso desconstruir a imagem errônea do negro, do índio na sala de aula e na sociedade. Sendo extremamente importante a realização de um trabalho em equipe a partir de experiências, e das realidades coletivas para construção de um currículo intercultural.

Diante disso, o papel da professora e do professor na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade, devem estar atentos às situações vivenciadas nos espaços educacionais, estar sensível ao que acontece ao seu redor para perceber se nesse espaço esta acontecendo situações preconceituosas, racistas para então poder intervir e não ficar alheio e conveniente às tais situações assim evitando marcas profundas na criança que podem determinar sérias consequências para a vida adulta.

As crianças precisam ser e sentir-se respeitadas, acolhidas, independente de crença, etnia, ou religião, e desde muito cedo precisam aprender a conviver com a diversidade não somente no ambiente escolar, mas no seu dia a dia, no ambiente familiar, ou seja, constantemente. Esse trabalho começa com a inserção de currículo e propostas pedagógicas voltados para a interculturalidade a partir da educação infantil.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil no artigo 7º ressalta:

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

(DCNEI, 2009)

As Diretrizes nos mostram que as escolas e Instituições de Educação Infantil têm critérios a seguir na sua forma de organização, nas práticas pedagógicas para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem o conhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica.

As orientações pedagógicas e os princípios da educação infantil são possíveis de serem trabalhados a partir de um currículo intercultural, deixando de lado práticas do currículo tradicional. No entanto precisamos que os profissionais sejam capacitados para tal trabalho, pois não se trata de um falar superficialmente mais de uma mudança nas ações de toda a equipe escolar.

Para Moreira e Candau (2003:161):

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciar e a neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamado a enfrentar.

É necessário que os professores trabalhem a conscientização e a autonomia das crianças para que elas cresçam respeitando o diferente, que também é seu semelhante, de forma social e natural, desenvolvendo atividades que promovam a interação, apresentando situações concretas de igualdade e exemplos de convivências das mais variadas possíveis, a partir da perspectiva de um currículo intercultural. As relações étnico-raciais surgem para desmistificar as diferenças entre pessoas, seja de cunho religioso, sexual, cultural, étnico, entre outros.

De acordo com Sacristã (2000), o currículo é a soma de cada tipo de aprendizagem e de ausências que o estudante obtém como consequência de estar sendo escolarizado, ele possui um papel fundamental na construção de uma identidade de uma comunidade e dos sujeitos que a povoam.

Castilho (2011,2013) ressalta que os currículos formais das instituições escolares, desde a organização da educação formal no Brasil, não foram pensados para estudantes negros, e sim para uma sociedade branca, burguesa a partir de valores raciais e culturais dominantes.

É preciso atentar para um currículo que desconstrua essas antigas práticas que estão enraizadas em nossas escolas, precisamos favorecer o processo de empoderamento e promover experiências de interação com os outros, resgatando os processos de construção das nossas identidades culturais. E assim reconstruir a dinâmica educacional dentro de uma perspectiva intercultural que promova o reconhecimento do outro.

Para Catherine Walsh (2001:10-11) a interculturalidade é:

- Um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade.
- Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença.
- Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados.
- Uma tarefa social e política que interpela ao conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade.
- Uma meta a alcançar.

Candau (2013, p.129), também contribui nos orientando sobre a interculturalidade, e nos diz que:

A interculturalidade critica fortalece a construção de identidades dinâmicas, abertas e plurais, assim como questionam uma visão essencializada de sua constituição. Potencia os processos de empoderamento, principalmente de sujeitos e atores inferiorizados e subalternizados e a construção da autoestima, assim como estimula a construção da autonomia num horizonte de emancipação social.

Desta forma é importante que as práticas educativas partam de reconhecimento das diferenças presentes na escola e na sala de aula, o que exige romper com os processos de homogeneização, que invisibilizam e ocultam as diferenças, reforçando o caráter monocultural das culturas escolares, rompendo com este daltonismo cultural.

Candau (2013, p.25), propõe alguns elementos importantes para que seja possível caminhar na direção da construção de práticas pedagógicas que assumam a perspectiva intercultural. São eles: Reconhecer nossas identidades culturais, desvelar o daltonismo cultural presente no cotidiano escolar, identificar nossas representações dos “outros”, conceber a prática pedagógica como um processo de negociação cultural.

Contudo os autores, Luísa Cortesão e Stephen Stor (1999), enfatizam que nas práticas educativas, supõem todo um processo de desconstrução de práticas naturalizadas e enraizadas no trabalho docente para sermos educadores e educadoras capazes de criar novas maneiras de situar-nos e intervir no dia a dia de nossas escolas .

Todavia isso exige a valorização da história de vida das crianças e dos professores para a construção de suas identidades culturais, oferecendo a troca o intercambio e o reconhecimento para que diferentes sujeitos se manifestem em suas especificidades, respeitando essa diversidade cultural que encontramos na sala de aula.

Segundo Bhabla (2007, p.63) diversidade cultural é:

[...] o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dadas, mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercambio cultural ou da cultura da humanidade.

Respeitar a diversidade, combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As discriminações de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém perpassam por esse espaço. Por isso a escola de forma geral tem papel importante para eliminação das discriminações bem como para a emancipação dos grupos discriminados.

3 Considerações finais

Sabemos que o espaço escolar é um lugar onde acontece produção de conhecimentos, interação com o outro. Nossas crianças precisam encontrar na sala de aula um ambiente tranquilo, acolhedor, de respeito mútuo e que desenvolva ações de empoderamento para que elas não percam suas origens e desde cedo aprendam a respeitar o outro na sua cultura, religiosidade etc. O professor e a professora deverá

fazer uma negociação de culturas na sala de aula e não ficar alheia a uma cegueira cultural . O que não pode é fazer vistas grossas ou pensar que na educação infantil não existe situações de racismo e de preconceito, pois essas situações existem em todos os espaços escolares e não escolares. O papel da professora e do professor na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade.

Precisamos nos colocar cada vez mais no lugar do outro fazer o rompimento dessa cultura homogeneizadora que há anos vem sendo praticada nos currículos escolares e que esse trabalho seja a partir da educação infantil. A criança precisa compreender que o diferente existe e que esse “diferente” é gente igual a ele. Nossas crianças, negras e indígenas precisam visualizar situações positivas em relação á elas para que sintam orgulho de sua etnia, de sua cor.

A lei 11645/08, convoca a escola a transformar em conteúdos de aprendizagem, temas relacionados a duas significativas culturas – a afro-brasileira e a indígena, fundamentais na formação do povo brasileiro, o que confirma a atualidade, a importância e a centralidade da cultura para a construção de um currículo na perspectiva da interculturalidade com ações continua a partir da educação infantil para que desde pequenas desenvolvam o respeito com o outro e desenvolvam ações de empoderamento da identidade e construam uma autoimagem positiva.

Sabemos que o papel da escola não deve ser apenas o de transmitir um determinado conhecimento, mas que é, também, o de se comprometer com atitudes que favorecem a produção e a ressignificação dos saberes e dos conhecimentos dos diferentes grupos culturais, onde a partir da educação infantil, aconteçam os debates e discussões que possam favorecer a busca e as lutas por justiça social, por reconhecimento e por melhores condições humanas de vida para todos. As diferenças culturais devem estar “dentro da escola” como parte integrante das relações interpessoais e das práticas pedagógicas no ambiente escolar, e é nesta direção que se deve pensar as ações educativas e as propostas pedagógicas.

O currículo intercultural deve contemplar a ancestralidade dos seus antepassados, suas origens e seus saberes tradicionais, bem como as práticas culturais, a musicalidade, religiosidade e os conhecimentos produzidos pela comunidade, permitindo o aprendizado dos diferentes sujeitos, grupos, sociedades desenvolvendo o

respeito e valorização das diversidades culturais que aqui são compreendidas não como superiores ou inferiores, apenas diferentes.

A educação intercultural que defendemos é aquela também defendida por Candau (2014), baseada na interculturalidade crítica que problematiza, tenciona os encontros, as semelhanças e as diferenças. Que entende o currículo não como uma construção sólida, mas como uma construção líquida, fluída.

Vivemos em um país rico culturalmente, onde cada Estado, cidade e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, possuem suas histórias, suas culturas. Esses conhecimentos devem ir para além da sala de aula onde a criança possa conhecer sua história, sua cultura e a do outro para que desenvolvam o respeito e valorização da identidade, pois a escola deve ser vista como um espaço de possibilidades, de encontro, busca diálogo, aventuras, prazer, onde os conhecimentos podem ser significados e percebidos como múltiplos e não únicos.

4 Referências Bibliográficas

BHABHA, H.K. O local da cultura. Belo Horizonte : Ed. UFMG 2007.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. Ministério de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica : diversidade e inclusão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Brasília, 2013.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CANDAU,V.M. Resignificando a didática na perspectiva intercultural. GECEC. Departamento de Educação , PUC-Rio/CNPQ .

CASTILHO, Suely Dulce de. Educação Escolar Quilombola: Avanços e Desafios . Cuiabá MT. Editora Sustentável 2019.

CORTESÃO, L. e STOER, S. Levantando a Pedra. Da Pedagogia inter/cultural às políticas educacionais numa época de transnacionalização. Porto: Afrontamento 1999.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2013.

MUNANGA, Kabengele (org). Superando o Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2008.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Trad. ROSA, Ernani F. da F. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Identificação étnico- racial na voz das crianças em espaços de educação infantil. 2011. Tese (doutorado em psicologia da educação)- Pontificia Universidade Católica, São Paulo.

WALSH, C. (org) (2001). Lá educación intercultural em la educación. Perú: ministério da Educação (Documento de trabalho).